

O NARRADOR RODRIGO S.M. E O PROBLEMA DA REPRESENTAÇÃO E DA LEGITIMAÇÃO DO DISCURSO DO OUTRO EM *A HORA DA ESTRELA*, DE CLARICE LISPECTOR

Carolina Machado MOREIRA¹

Flávio Pereira CAMARGO²

RESUMO

Examinar a representação do outro, particularmente dos grupos minoritários, que depende, sobretudo, da posição social, política, ideológica e subjetiva do sujeito que fala no romance. Portanto, devemos questionar quem fala, o que fala, de onde fala e como ocorre essa representação. Eis alguns dos questionamentos que nos guiaram em nossa análise sobre a representação e a legitimação do discurso do outro em *A hora da estrela*.

Palavras-chave: Clarice Lispector. Narrativa brasileira contemporânea. Representação. Discurso. Grupos minoritários.

O sujeito que fala no romance é um *homem essencialmente social*, historicamente concreto e definido e seu discurso é uma linguagem social (ainda que em embrião), e não um “dialeto individual”.

Mikhail Bakhtin

é preciso lembrar que a classe trabalhadora, principalmente, o seu segmento a que chamam de lumpem, ainda está longe do dia em que poderá falar, literariamente, com a própria voz. Então se pode escrever a respeito dela tanto isso quanto aquilo.

Sérgio Sant’Anna

1. Apontamentos teóricos sobre o problema da representação

Hanna Pitkin (2003), ao estudar o conceito de representação, afirma que este conceito, particularmente a representação dos seres humanos por outros seres humanos, é essencialmente moderno. A representação do outro, dos grupos minoritários, depende, sobretudo, da posição social, política, ideológica e subjetiva do sujeito que fala em nome do outro. Essa representação precisa ser contestada, pois o sujeito que fala está em uma posição particular e a defende como correta, desprezando outros posicionamentos,

¹ Graduada em Letras pela Universidade Estadual de Goiás/UnU de Campos Belos. E-mail: carolmm85@yahoo.com.br

² Doutorando em Estudos Literários pela Universidade Federal de Goiás. Professor de Literatura Brasileira do Curso de Letras da Universidade Estadual de Goiás/UnU de Campos Belos. E-mail: camargolitera@gmail.com

outros olhares sobre o outro. Portanto, devemos questionar quem fala, o que fala, de onde fala e como ocorre essa representação do outro.

O que representar e como representar estão intimamente relacionados. A representação do outro depende, sobretudo, de sua observação para que possa ser representado. Essa representação institucionalizada do outro está impregnada de aspectos políticos e ideológicos, pois o outro, na verdade, não detém o poder do discurso para auto-representar a si próprio. Portanto, não se trata de uma representação que pode ser considerada como legítima.

Devemos questionar como o outro é representado, o que essa representação significa, sob quais circunstâncias ela se concretiza e como se justifica. Há, desse modo, uma necessidade de questionarmos a representação dos grupos minoritários sob o olhar daqueles que não pertencem a tais grupos, pois o outro só tem sua representação legitimada se ele se identificar com essa representação.

Podemos dizer que o intelectual, geralmente o responsável pela representação do outro, tem a ilusão de representá-lo e o outro a de ser representado. Exatamente em decorrência dessa ilusão da representação é que perguntamos sobre quais seriam as razões que levariam alguém a supor que está sendo representado. Por isso, é preciso determinar de quais ângulos ocorre a representação do outro e, conseqüentemente, as diferentes perspectivas em relação a um mesmo objeto e/ou grupo minoritário. O que é necessário é interpretar cada perspectiva identificando seu ângulo de visão ou identificando o contexto sócio-cultural e histórico a partir do qual ocorre a representação com suas implicações sociais, políticas, culturais, ideológicas e subjetivas. Portanto, colocamos em questão a autoridade e a legitimidade do discurso e da pessoa que fala em nome do outro.

Nas últimas décadas, um novo movimento político e teórico foi posto em ação e nele as noções de centro, de margem e de fronteira passaram a ser questionadas. De acordo com Linda Hutcheon (1991, p. 84-85), há uma revisão dessa relação entre centro-periferia, que leva a um deslocamento de interesses do centro para as margens. Ao falarmos em centro, temos de pensar em todas as formas de cultura e de sujeito que ocupam o lugar central, o qual serve de referência para os demais e cuja posição foi ocupada, historicamente, pelo homem branco ocidental, heterossexual e de classe média urbana. Em seguida, temos de pensar no conjunto de movimentos sociais e também

teóricos que, na contemporaneidade, vêm desafiando essa posição, ou seja, os movimentos empreendidos por aqueles grupos que, tradicionalmente, foram colocados nas margens: as mulheres, os negros, as chamadas minorias sexuais e minorias étnicas. O que parece muito expressivo na contemporaneidade é justamente esse voltar-se na direção das margens e das fronteiras, certo afastamento em relação à posição central e às idéias que lhe são associadas, tais como as idéias de origem, de universalidade ou de unidade.

Assim, podemos dizer que na contemporaneidade quem ganha evidência são os sujeitos considerados, até então, como excêntricos, aqueles que estão fora do centro. Até muito recentemente apenas a ciência, a arte, a estética, a política ou a justiça articuladas ao sujeito central eram reconhecidas como legítimas. Geralmente, tudo que ocupa a posição central é considerado não-problemático, são os outros sujeitos e suas práticas, que são vistos como derivações ou desvios dessa posição e que são considerados, muitas vezes, como problemáticos. Contudo, nos últimos anos, essa situação vem se modificando: os movimentos promovidos pelos grupos que estão fora *deste* centro passaram a contestar a universalidade dessas afirmações. Talvez seja razoável pensar que eles são excêntricos não por que sejam, exatamente, esquisitos ou extravagantes, mas porque têm *um outro centro*, por isso Hutcheon (1991, p. 84) utiliza o termo *ex-cêntrico* para identificar tod@s aquelas(es) que se localizam fora do “centro”, das normas ou do senso comum.

O centro não deixou de ser atraente ou se tornou menos importante. Ele continua sendo reconhecido e sedutor, mas o que acontece agora é que se passa a acentuar o seu caráter de ficção. Passa-se a reconhecer que a posição central é uma invenção, não é uma posição “naturalmente” dada, mas uma posição historicamente construída como tal. A noção de centro passa a ser desafiada e contestada, na contemporaneidade, por diversas frentes. Não se trata propriamente, ou não se trata somente, de pôr em questão o sujeito masculino, branco e heterossexual. É mais do que isso: o que se passa a questionar é toda uma noção de cultura, ciência, arte, ética, estética e educação que, associada a esse sujeito, usufruiu, ao longo dos tempos, de um modo praticamente inabalável e abrangente, a posição privilegiada em torno da qual tudo mais gravita.

Este pode ser um modo de se dar sentido às profundas transformações que vivemos desde a segunda metade do século XX. A esse respeito, Hutcheon afirmação que

é para a década de 60 que nos devemos voltar se quisermos encontrar as raízes dessa mudança, pois foi nesses anos que ocorreu o registro, na história, de grupos anteriormente ‘silenciosos’ definidos por diferenças de raça, sexo, preferências sexuais, identidade étnica, status pátrio e classe.[...]. Na década de 60, muitas dessas questões foram bruscamente trazidas à tona, quando o político e o estético se fundiram na chamada contracultura. [...]. Os negros e as feministas, os etnicistas e os gays, as culturas nativas e do ‘terceiro mundo’ não formam movimentos monolíticos, mas constituem diversidade de reações a uma situação de marginalidade e ex-centricidade percebida por todos (1991, p. 89-90).

No âmbito literário, também percebemos que há uma exclusão dos grupos marginalizados, que são, constantemente, representados por intelectuais de classe média e/ou alta. Desse modo, o problema da representação é colocado em questão e questionado, pois a representação do outro depende, sobretudo, do sujeito que fala no romance.

Para Regina Dalcastagnè, “reconhecer-se em uma representação artística, ou reconhecer o outro dentro dela, faz parte de um processo de legitimação de identidades” (2005a, p. 14). Para tanto, é importante identificar exatamente quem é esse outro, que posição ele ocupa na sociedade e o que há de misterioso e perigoso em seu silêncio. Através desses aspectos, podemos perceber os verdadeiros motivos pelos quais os estudos literários, ultimamente, estão preocupados com questões relativas ao acesso à voz e à representação dos variados grupos sociais marginalizados, considerados “ex-centricos” e/ou “outsiders”. No caso dos marginalizados há sempre um grande estranhamento quando alguns grupos sociais simplesmente desaparecem ou são esquecidos em uma obra literária. Justamente por isso, a autora examina a representação e a legitimidade na narrativa brasileira contemporânea através de três questões principais: a diversidade de percepções do mundo, a perda da diversidade e qual a atitude mais correta a ser tomada perante tal ocorrência.

A primeira questão nos remete à ausência de representantes das classes populares inseridos no romance contemporâneo, sejam eles produtores literários ou simplesmente personagens, o que contribui de modo eficaz para que suas chances de terem voz ali dentro fiquem cada vez mais reduzidas. Diante dessa realidade, Dalcastagnè descreve

nossa literatura como sendo “a classe média olhando para a classe média” (2002, p. 35), o que reforça a idéia de que os lugares de fala na narrativa estão reservados para os homens brancos, sem deficiências, adultos, heterossexuais, urbanos, de classe média. Tal aspecto leva-nos a concluir que há uma significativa limitação de perspectivas, ou seja, não se observa uma pluralidade de perspectivas em relação ao outro. A justificativa para essa ausência é bastante complexa, pois envolve problemas sociais e não se resume exclusivamente aos domínios da literatura, conforme destacamos anteriormente.

Em nossa sociedade, as classes populares não têm muitas oportunidades de acesso a produções discursivas, o que demonstra sua sub-representação e, conseqüentemente, um dos vários procedimentos de exclusão. Se um dos sentidos de representação é, exatamente, falar em nome do outro, a partir do momento que um discurso é imposto, aquele que fala torna-se o grande responsável pela legitimação do mesmo, seja através de meios como competência lingüística, posição social ou esclarecimento e objetividade em relação ao tema abordado.

Desse modo, não resta alternativa ao outro senão a de permanecer calado, visto que seu modo de dizer e sua experiência de vida não servem ou não têm o devido valor reconhecido na e pela sociedade, pois “entre as censuras mais eficazes [...] e dissimuladas situam-se aquelas que consistem em excluir certos agentes de comunicação excluindo-os dos grupos que falam ou das posições de onde se fala com autoridade” (BOURDIEU, 1998, p. 13). O silêncio dos grupos dominados é um fato real, pois o controle do discurso nega-lhes o direito de fala simplesmente por não se adequarem a determinados aspectos exigidos pela sociedade, o que origina uma censura social.

A problemática a respeito da representação do outro na literatura brasileira contemporânea, para Dalcastagnè (2005a, p. 17), não se resume apenas a sua escassa presença no romance atual. A dificuldade, no entanto, não é só a possibilidade de falar, mas falar com domínio, com autoridade. Dessa forma, também há uma necessidade de observarmos o controle do discurso, ou seja, quem fala e de que lugar, para que se tenha uma visão real de como são reconhecidas as chances dos marginalizados terem voz ativa dentro de uma determinada narrativa. A esse respeito, a autora afirma que

o que se coloca hoje não é mais simplesmente o fato de que a literatura fornece determinadas representações da realidade, mas sim que essas representações não são representativas do conjunto das perspectivas sociais. O problema da representatividade, portanto, não se resume à honestidade na busca pelo olhar do outro ou ao respeito por suas peculiaridades. Está em questão a diversidade de percepções do mundo, que depende do acesso à voz e não é suprida pela boa vontade daqueles que monopolizam os lugares de fala (2005, p. 16 – grifo nosso).

Como vimos na citação anterior, os lugares de fala dentro da narrativa são monopolizados e o silêncio dos grupos marginalizados é marcado por vozes que buscam falar em nome desses grupos. O outro não é, pois, o sujeito do discurso, mas uma releve peça. Por isso, “é preciso relembrar que a classe trabalhadora, principalmente, o seu segmento a que chamam de lumpen, ainda está longe do dia em que poderá falar, literariamente, com a própria voz. Então se pode escrever a respeito dela tanto isso quanto aquilo” (SANT’ANNA, 1989, p. 103).

Trata-se, portanto, de um olhar sobre o outro, principalmente sobre a classe operária, que está impregnado de pré-conceitos pré-estabelecidos sócio-culturalmente na e pela nossa sociedade capitalista e heteronormativa. Em nossa sociedade, enquanto não houver profundas transformações sócio-econômicas e culturais, a classe operária, de modo geral, e, sobretudo, aqueles indivíduos que integram os grupos minoritários, não terão acesso à voz, ao discurso para que possam auto-representar-se.

Não se trata apenas da possibilidade dos grupos marginalizados de falarem, mas sim de falarem com a devida autoridade. Diante dessa problemática, surge o mito de que os excluídos são incapazes de produzirem literatura justamente por não dominarem adequadamente algumas formas de expressão consagradas pelos grandes mestres dessa arte. Regina Dalcastagnè (2002, p. 37) esclarece que isso ocorre devido à definição de ‘literatura’ excluir suas formas de expressão, logo, os grupos marginalizados também são excluídos do âmbito do fazer literário.

Tais questões não se constituem em um fato isolado, pois fornecem subsídios para discutirmos a segunda questão levantada pela autora: a perda da diversidade. A narrativa brasileira busca, constantemente, a multiplicidade dos pontos de vista, no entanto, não existem variadas perspectivas sociais. De forma bem generalizada, podemos verificar que, entre os indivíduos dos grupos excluídos socialmente, é praticamente nula qualquer tipo de manifestação artística capaz de revelar suas peculiaridades ou aspectos do mundo que os cercam. O que é bastante compreensivo,

pois a eles é permitido apenas permanecer em silêncio. A literatura, que deveria tentar se beneficiar com a grandiosidade de perspectivas e ser uma alternativa de mudança para essa realidade, torna-se uma das grandes colaboradoras da prática de exclusão e marginalização do outro, acentuando, ainda mais, as desigualdades sociais, econômicas e político-culturais.

Em decorrência a esse fato, surge a terceira questão: que atitude tomar diante do processo de exclusão presente no discurso literário? Essa questão é, com certeza, a mais complexa, pois reforça a idéia de que a literatura participa de um esforço humano para melhor compreender a realidade que nos cerca. A arte, em geral, traduz a necessidade humana de ampliar a compreensão do mundo. Com esse intuito, todo artista adota a realidade como ponto de partida e, captando seus dados essenciais, recria-a como objeto artístico, em um processo do qual participam sua sensibilidade e seu poder imaginativo.

As dificuldades de representação do outro aparecem, sobremaneira, na narrativa brasileira contemporânea, pois são características da sociedade em que vivemos, o que evidencia um fato real. Regina Dalcastagnè (2002, p. 38) propõe a “democratização da literatura” com o intuito de incluir vozes nos segmentos mais representativos da sociedade, principalmente naqueles formadores de opinião, a fim de tentar amenizar essa problemática.

Como já foi dito anteriormente, em nossa sociedade, as classes populares não têm muitas oportunidades de acesso às produções discursivas, o que demonstra sua sub-representação e, conseqüentemente, um dos vários procedimentos de exclusão. Para examinar esse fato, recorreremos a alguns dos pressupostos teóricos de Michel Foucault em *A ordem do discurso*. Foucault (1996, p. 08), no decorrer de sua exposição, faz as seguintes indagações: “Mas, o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?” Através desses questionamentos, o autor nos leva a refletir sobre os discursos que estão em pauta no nosso cotidiano, ou melhor, que tipo de discurso ouvimos, falamos e, principalmente, repetimos. Partindo do pressuposto de que toda sociedade produz discursos que são controlados, selecionados, organizados e redistribuídos por certo número de procedimentos que têm por função evitar seus poderes e perigos, Foucault identifica, ao longo de sua obra, quais são os procedimentos externos e internos que regulam as ocorrências do discurso.

Os procedimentos externos de regulação do discurso foram definidos a partir de sistemas de exclusão que identificam e analisam as condições para que o discurso seja valorizado como verdade ou excluído de uma determinada formação discursiva. Os procedimentos externos que atingem o discurso são definidos por Foucault (1996, p. 19) como: a palavra proibida, a segregação da loucura e a vontade de verdade. Os procedimentos de exclusão determinam que um sujeito não possa falar tudo o que pensa a qualquer momento ou local, pois ele só deve expressar seus pensamentos de acordo com as circunstâncias em que está inserido, uma vez que o mesmo está subordinado ao discurso institucionalizado. Ademais, não temos o direito de falar à vontade, pois existem os tabus, os rituais da circunstância, o direito privilegiado ou exclusivo de um sujeito determinado ou de alguns sujeitos.

A temática em debate pode e deve ser estendida à representação política, pois, por mais que o discurso seja aparentemente “sem função”, as interdições que o atingem revelam sua ligação com o desejo e com o poder. Isso se faz com o intuito de observar aspectos relacionados à centralidade do domínio do discurso presente em lutas políticas dentro da sociedade. Dessa forma, Foucault afirma que o “discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (1996, p. 10).

Há, em nossa sociedade, outras formas de problematizar e esclarecer o discurso. Na separação e rejeição, por exemplo, temos uma divisão valorativa que se introduz nas formações discursivas, selecionando, classificando, habilitando ou excluindo os enunciados. Ela provoca a exclusão de determinados discursos, que, a partir da separação, ganham *status* diferenciado e podem ser avaliados como acima do normal ou como não merecedores de escuta. Enfim, tais discursos divergentes, investidos pela razão, promovem o afastamento da palavra que está fora do discurso verdadeiro.

Por último, a vontade de verdade, que se caracteriza pela separação historicamente construída e define a forma geral de materialização de nossa vontade de saber. Em suma, a vontade de verdade consiste nos métodos para efetivar o conhecimento, verificar, comprovar cientificamente, em relação ao modo como o saber é aplicado em uma sociedade. Dentre os procedimentos externos citados, Foucault (1996, p. 19) atribui à vontade de verdade o norte de condução, pois este procura retomar os anteriores, por sua própria conta, para, ao mesmo tempo, modificá-los e fundamentá-los.

À medida que a vontade de verdade penetra aspectos como o poder e o saber, ela produz uma verdade que busca se tornar mais profunda, enquanto os demais procedimentos externos, tornam-se cada vez mais frágeis e incertos. Portanto, os princípios externos, segundo Foucault, “concernem, sem dúvida, a parte do discurso que põe em jogo o poder e o desejo” (1996, p. 21). Segundo Foucault, os procedimentos internos que regulam o discurso “exercem seu próprio controle; procedimentos que funcionam, sobretudo, a título de princípios de classificação, de ordenação, de distribuição, como se tratasse, desta vez, de submeter outra dimensão do discurso: a do acontecimento e do acaso” (1996, p. 21).

Esses procedimentos internos do discurso são representados por três aspectos: o comentário, o autor e, por fim, a disciplina. Em primeiro lugar está o comentário, no qual podemos verificar que há, nas unidades discursivas, uma espécie de desnivelamento entre os discursos, ou seja, existem os discursos corriqueiros, que passam com o ato mesmo que os pronunciou, e os discursos que estão na origem de certo número de atos novos de fala que os retomam, transformam ou falam deles, discursos que permanecem através de sua atualização. A materialização desse procedimento se dá pela utilização de discursos que são ditos, permanecem ditos e estão ainda por dizer, tendo em vista que esta “substituição” não é estável, constante ou absoluta, pois não cessa de se modificar com o tempo.

O segundo procedimento, que está diretamente ligado ao primeiro, regido pelo princípio da rarefação, agrupa o discurso como unidade e origem de suas significações. Assim, espera-se que o autor se responsabilize pela unidade do texto a ele delegada, que sustente o sentido que o atravessa, que o articule com sua vida.

O terceiro procedimento é a disciplina, princípio que se opõe ao autor e ao comentário, permitindo que se construa um conjunto de métodos, um jogo de regras, definições e técnicas, que se constituem em uma espécie de sistema anônimo à disposição de quem quer ou pode servir-se dele, sem que seu sentido ou validade estejam ligados a quem lhe provocou a emergência. O que é esperado na origem não é um sentido a ser descoberto, mas aquilo que é requerido para a construção de novos enunciados, sendo imprescindível a uma disciplina a possibilidade de formulação constante de novas proposições.

O discurso de um único autor e/ou narrador leva a uma rarefação do discurso, ou seja, não há uma multiplicidade de discursos, de perspectivas discursivas em relação ao outro. Ademais, como salienta Foucault, o discurso é permeado de princípios de coerção que exercem função restritiva e coercitiva. Este fator, infelizmente, impede a proliferação de outros discursos, exatamente em decorrência do aspecto restritivo e coercitivo. O outro, portanto, é coagido e não tem espaço para expor seu discurso, para expor seus problemas, sua realidade, enfim, o discurso do outro não é legitimado e reconhecido. Trata-se, pois, de uma representação que nos conduz ao problema da perspectiva e do homem que fala no romance, conforme assinala Mikhail Bakhtin.

Para Bakhtin (1998), não é possível representar o mundo ideológico do “outro” sem desvendar suas palavras, pois só elas podem representar o mundo ideológico original. Temos, portanto, o problema da perspectiva narrativa e do posicionamento ideológico do narrador, que nos leva ao seguinte questionamento: seria possível representar adequadamente o outro, o mundo ideológico de outrem somente pelo discurso, pela perspectiva de alguém que não pertence àquele mundo? Há, pois, uma necessidade latente de possibilitarmos condições para que os integrantes dos grupos minoritários tenham acesso à voz, à palavra para que possam auto-representar-se.

2. Modos de olhar, modos de dizer: o narrador Rodrigo S.M. e a representação de Macabéa

Rita Terezinha Schmidt (2003, p. 07) afirma que muito já foi dito sobre a obra de Clarice Lispector, mas, mesmo assim, permanece a sensação de ter escapado algo ao olhar crítico, algo deixou de ser apreendido e registrado. Sendo assim, passando da teoria à prática, procuraremos analisar a questão da representação em *A hora da estrela*, abordando, ainda, questões relativas ao silêncio de Macabéa.

Clarice Lispector cria um narrador-personagem, que se assume como tal, durante a narrativa, para descrever a história de Macabéa. O narrador Rodrigo S. M., apesar de fazer parte da história como um personagem-escritor, não se detém apenas nos fatos que se referem à problemática da metaficção, ao processo de criação de uma obra, pois o narrador centra-se, sobremaneira, na história de Macabéa e nas dificuldades encontradas por ele para representá-la.

No desenrolar da narrativa, notamos certa identificação da história do narrador com a da personagem. Ao contar a história de vida de Macabéa, Rodrigo S. M. acaba contando a história de si mesmo, através de comentários constantes e do fluxo de consciência. O ponto relativo à identificação entre Rodrigo S. M. e Macabéa é de fundamental importância, pois provoca no narrador um sentimento capaz de aproximá-lo cada vez mais de Macabéa, chegando a ponto de ele se confundir com a moça.

A “Dedicatória ao autor (na verdade Clarice Lispector)” nos apresenta uma advertência em relação a um ser duplo. Segundo Clarisse Fulkelman, “uma das faces, externa, masculina, neutra, sugere uma categoria ou função; a outra face, mal escondida nos parênteses, é a de Clarice Lispector, pessoa individualizada” (1992, p. 17). Assim, percebemos uma vinculação entre Rodrigo S. M. e Clarice Lispector. Ambos se confundem, são apenas um e, ao mesmo tempo, são diferentes. A instigante dedicatória informa, de antemão, que o autor-narrador-personagem é, na verdade, Clarice Lispector.

A verdade não está presente única e exclusivamente em uma dessas duas faces. Caso ela realmente exista, está vinculada à multiplicidade de versões que um fato ou pessoa podem fazer evocar. Nesta parte, o narrador inicia a obra chamando-a de “esta coisa aí”, o que indica uma espécie de tentativa de afastamento entre ele e a obra, a fim de criar um distanciamento entre ambos. Entretanto, acentuando o distanciamento que pretende manter da protagonista, Lispector procura reforçar as características masculinas de Rodrigo S. M.

Clarice Lispector utiliza meios peculiares em suas obras para a criação de seus personagens. Entre eles, podemos destacar algumas semelhanças: são mulheres, de modo geral, imersas em um estado de absoluta interiorização, em busca da própria identidade e marcadas por uma perpétua sensação de náusea que as acomete. Em *A hora da estrela* notamos algumas mudanças em relação a esse paradigma, pois a obra é uma tentativa da autora de fugir da introspecção das obras anteriores. Todos estes aspectos contribuem para a narrativa assumir um caráter inovador e adquirir uma abertura para o mundo exterior, conseqüentemente, o relato sobre a vida de Macabéa é feito a partir de meios ausentes nas demais obras da autora.

Para atingir o objetivo de contar a vida de Macabéa, Clarice Lispector cria um narrador homem e justifica sua escolha através da afirmação de que uma “escritora mulher pode lacrimejar piegas” (LISPECTOR, 1992, p. 28). Nas entrelinhas dessa

escolha feita por Lispector, notamos o preconceito contra a mulher e a escrita feminina existentes na sociedade, a qual estabelece que determinados assuntos devam ser reservados ao sexo masculino. Logo, narrar e representar Macabéa é tarefa para homem. Dessa forma, Rodrigo S. M. é o primeiro e único narrador masculino presente nas obras da autora. Também podemos interpretar a escolha de um narrador masculino como uma resposta indireta de Clarice Lispector aos críticos, uma vez que eles classificavam sua obra como extremamente subjetiva e hermética. O narrador masculino poderia lhe garantir a objetividade e a clareza desejada.

Por tratar-se de um homem, ele poderia oferecer à narrativa uma visão menos sentimental e capaz de entender a extensão da realidade concreta no referente à vida da nordestina. O narrador utiliza inúmeros artifícios retóricos para contar a trajetória de Macabéa. No entanto, Rodrigo S. M. não se identifica com a pobreza de Macabéa e tem sérias dificuldades para ocultar a magreza e a sujeira da nordestina. Ainda assim, ele aceita a tarefa de relatar a vida de Macabéa e as dificuldades encontradas por ela na cidade grande. Para isso, o narrador preocupa-se com o estilo da narrativa, tanto que ele anuncia sua adesão à forma tradicional de narrar: “uma história com começo, meio e ‘grand finale’” (LISPECTOR, 1992, p. 27). Para colocá-la em prática, o narrador também opta por um estilo próprio e simples, marcado pela objetividade e pela clareza, como podemos notar nos trechos abaixo:

Proponho-me a que não seja complexo o que escreverei, embora obrigado a usar as palavras que vos sustentam (LISPECTOR, 1992, p. 26).

Pretendo, como já insinuei, escrever de modo cada vez mais simples. Aliás *o material de que disponho é parco e singelo demais, as informações sobre os personagens são poucas e não muito elucidativas, informações essas que penosamente me vêm de mim para mim mesmo, é trabalho de carpintaria* (LISPECTOR, 1992, p. 28, grifo nosso).

É claro que, como todo escritor, tenho a tentação de usar termos suculentos: conheço adjetivos esplendorosos, carnudos substantivos e verbos tão esguios que atravessam agudos o ar em vias de ação, já que a palavra é ação (LISPECTOR, 1992, p. 29).

Outro aspecto a ser que salta aos olhos em *A hora da estrela* é a questão da dificuldade de falar em nome do outro. De acordo com Bakhtin, a principal característica do romance é “o homem que fala e sua palavra” (1998, p. 135). Como

ressaltamos anteriormente, devemos ficar atentos aos procedimentos de enunciação e de representação presentes no discurso do narrador, i.e., às estratégias narrativas e discursivas empregadas pelo narrador no processo de representação do outro.

Em *A hora da estrela* há apenas um narrador, Rodrigo S. M., o que confere à narrativa uma única perspectiva e, conseqüentemente, a ausência de outras perspectivas. Logo, é o narrador quem detém o poder de representar o outro através do seu modo de olhar e de dizer. Assim, devemos evidenciar e examinar como se apresenta o discurso de Rodrigo S. M. em relação aos conflitos estabelecidos entre ele e Macabéa, personagem que está sendo criada, representada, por ele.

Esses conflitos fazem parte do discurso do narrador, pois ele precisa contar a história de Macabéa, uma nordestina, feia, semi-analfabeta e que vive quase ao desamparo e desajustada no Rio de Janeiro. Porém, Macabéa não é apenas “uma moça nordestina”, ela parece representar todo um universo constituído pelas minorias econômicas marginalizadas e por aquelas mulheres que vivem no anonimato.

Em *A hora da estrela*, a personagem Macabéa não é apenas a representação de uma mulher pobre, nordestina, desvalida e sem acesso à vida digna quanto mais aos bens culturais. Ela só existe por meio de Rodrigo S. M., seu porta-voz. Dessa forma, o que é desvelado não é simplesmente a trajetória infeliz de Macabéa, mas o desconforto do narrador que se declara impotente diante de tão difícil “tarefa”, conforme evidenciamos na citação a seguir:

Não, não é fácil escrever. É duro como quebrar rochas. Mas voam faíscas e lascas como aços espelhados.

Ah que medo de começar e ainda nem sequer sei o nome da moça. Sem falar que a história me desespera por ser simples demais. O que me proponho contar parece fácil e à mão de todos. Mas a sua elaboração é muito difícil. Pois tenho que tornar nítido o que está quase apagado e que mal vejo. Com mãos de dedos duros enlameados apalpar o invisível na própria lama.

De uma coisa tenho certeza: essa narrativa mexerá com uma coisa delicada: *a criação de uma pessoa inteira que na certa está tão viva quanto eu. Cuidai dela porque meu poder é só mostrá-la para que vós a reconheçais na rua, andando de leve por causa da esvoaçada magreza* (LISPECTOR, 1992, p. 33 – grifos nossos).

Na citação anterior, a “incapacidade” de Rodrigo S. M. para encontrar a expressão mais adequada para narrar a história de Macabéa sugere a dificuldade ou até a impossibilidade de o escritor, ou melhor, o intelectual brasileiro, de falar sobre o povo de modo convincente. O narrador sabe que tem a missão de criar Macabéa, porém, ela é

uma representante da classe marginalizada da sociedade, e distancia-se tanto dele que ele não consegue alcançar conceitos próprios para a moça, nem mesmo um nome, o que lhe garantiria parte de uma identidade. Justamente por isso, o narrador oferece pistas ao leitor, por meio de expressões, como, e.g., “ser simples demais”, na tentativa de sugerir uma identidade a Macabéa.

Para melhor compreendermos a relação entre a dificuldade de Rodrigo S.M. no processo de representação de Macabéa, cremos ser necessário recorrer ao contexto histórico da época. A referida obra foi publicada em 1977, após o auge dos conflitos ocorridos no Brasil com o golpe militar de 1964 e a ditadura militar, propriamente dita. Nessa época, tornou-se intensa a busca pela liberdade sexual, social, política e, sobretudo, as lutas das mulheres por conquistas de igualdade de direito.

Essa época de nossa história foi, sobretudo, marcada pela repressão, fruto da ditadura militar. Nesse contexto da ditadura, não havia liberdade de expressão, logo os escritores utilizavam variadas artimanhas para conseguir driblar a censura. Dessa forma, podemos interpretar Macabéa como uma forma de Clarice Lispector representar as mulheres que não eram vistas ou ouvidas em nosso país. É importante destacar que, nesse sentido, a representação de Macabéa pode ser estendida aos demais indivíduos que se encontravam na mesma situação social.

Além de denunciar a condição de muitas mulheres, relegadas ao anonimato, sendo exploradas profissionalmente, o discurso do narrador parece indicar a quase ausência de uma voz das mulheres. Este aspecto é reforçado pela figura de Macabéa, que, praticamente, não detém a linguagem, não sabe conversar, não tem sobre o que conversar e nem com quem conversar. Nas poucas vezes em que precisa falar com alguém, normalmente com Glória ou Olímpico, ela limita-se a repetir frases simples, cotidianas ou informações que ela ouvia na Rádio Relógio.

Sabemos que a representação do outro depende, sobretudo, de sua observação para que possa ser representado. Através dos aspectos relacionados ao lugar de onde o narrador fala, levantados até o presente momento, verificamos que não se trata de uma representação legítima, ou seja, Rodrigo S. M., como qualquer outro intelectual, não tem condições legítimas de representar adequadamente Macabéa, pois há um distanciamento do sujeito que fala da realidade empírica do outro. Portanto, a representação do outro está impregnada de aspectos políticos e ideológicos. O outro só

tem sua representação legitimada se ele se identificar com essa representação, mas, geralmente, não há essa identificação, daí a necessidade de questionarmos o papel e a função do intelectual.

Dissemos anteriormente, que o intelectual, aquele, geralmente, responsável pela representação do outro, tem a ilusão de representá-lo e o outro a de ser representado. É em decorrência dessa ilusão da representação que buscamos determinar de qual(is) ângulo(s), de qual(is) perspectiva(s) ocorre(m) a representação de Macabéa.

Antes de passarmos à análise desses aspectos, julgamos necessário uma reflexão sobre a escolha do nome Macabéa para a personagem nordestina. É provável que o nome da personagem esteja relacionado aos Macabeus bíblicos. De acordo com Suzi Frankl Spencer:

Macabeu é um ilustre guerreiro vingador, redentor do povo judeu, chefe militar da resistência judaica, em uma luta da qual os judeus acabam saindo perdedores, mas Macabeu glorificado. *O nome de Macabéa não é usado em vão, sem dúvida. Do mesmo modo é significativo que esta redentora de um povo, esta moça que representa a resistência de um grupo, seja mulher* (1983, p. 159, grifo nosso).

Macabéa é uma pessoa extremamente insignificante e mesmo assim foi escolhida entre tantos outros integrantes para representar sua classe social marginalizada. O que lhe garante uma aparente mediação entre os temas aparentemente banais: “Macabéa, Ave Maria, cheia de graça, terra serena da promessa” (LISPECTOR, 1992, p. 101).

Regina Dalcastagnè (2003, p. 139-140) define Macabéa como uma “personagem ao quadrado”. Essa afirmação é compreensível se levarmos em consideração o fato de Clarice Lispector criar um homem com a função de criar Macabéa. De acordo com a visão única do narrador, os primeiros aspectos que definem Macabéa estão relacionados à sua modesta origem social: “como a nordestina, há milhares de moças espalhadas por cortiços, vagas de cama num quarto, atrás de balcões trabalhando até a estafa” (LISPECTOR, 1992, p. 28).

O narrador também atribui à Macabéa outras características: trata-se de uma nordestina órfã que ainda é “virgem e inócua, [que] não faz falta a ninguém” (LISPECTOR, 1992, p. 28), passa um pouco de fome e trabalha como datilógrafa no Rio de Janeiro, porém, é incompetente em seu trabalho. Em suma, o narrador considera Macabéa muito diferente dele, afinal ele é uma pessoa útil e competente, enquanto

Macabéa é apenas o outro na história, ou seja, uma representante da massa. Dessa forma, na relação entre Rodrigo S. M. e Macabéa há muito mais do que apenas desprezo, há também o debate sobre a relação entre o intelectual e a massa.

Maria Isabel Edom Pires, ao analisar a situação dos intelectuais nos dias de hoje, afirma que “nunca se falou tanto sobre o perfil do intelectual, sobre seu papel, sua relação com a sociedade, sua missão e até mesmo sobre sua refuncionalização e/ou desaparecimento” (2003, p. 39). Aos intelectuais sempre foram atribuídas funções relacionadas com o fato de haver um consenso identificando-os como aqueles que falam pelo outro, pelas minorias. Dessa forma, surge a evidência da triste verdade: “só a alguns é dado o direito de falar pelo outro, só a alguns é dado possibilitar a fala dos outros, só a alguns é permitido ser o porta-voz das aspirações alheias” (PIRES, 2003, p. 39). Em *A hora da estrela*, por exemplo, Rodrigo S. M., representante dos intelectuais, por ser um escritor pertencente à classe média, possui a “autorização” de representar Macabéa, pois seu discurso é reconhecido e legitimado pela sociedade.

A respeito da concepção de massa, John Carey afirma tratar-se de uma função primordial de “eliminar a condição humana da maioria das pessoas – ou, seja como for, privá-las daquelas características especiais que tornam superiores, na sua própria opinião, aqueles que empregam o termo” (1993, p. 29). Em *A hora da estrela*, observamos o problema da pobreza e da marginalização das classes sociais oprimidas, configurado na personagem central do romance, Macabéa, uma representante da massa.

O confronto entre classes sociais diferentes está configurado em vários níveis da narrativa, explicitando ao leitor certo distanciamento entre as pessoas de camadas sociais distintas, ou seja, uma distância que separa os pobres dos estratos sociais mais privilegiados de nossa sociedade. Incluem-se aí os detentores do poder econômico e aqueles que, não sendo privilegiados economicamente, ainda assim podem se considerar, de algum modo, privilegiados, pois detêm certos bens que os distinguem socialmente da massa marginalizada, que lhes assegura uma posição mais ou menos confortável na sociedade, representados pelo escritor Rodrigo S. M., por exemplo. Tais características servem para delimitar ainda mais as diferenças existentes entre o narrador e Macabéa.

A hora da estrela não aborda apenas a reflexão sobre a relação entre o intelectual e a massa, pois também há a possibilidade de examinarmos os indícios levantados por

Dalcastagnè (2003, p. 141-142), marcados pela contraposição entre trabalho e criação; informação e conhecimento; e fome e apetite. Para melhor entendermos esses indícios, é de suma importância não limitarmos nossa análise apenas às informações presentes na obra, mas recorreremos ao contexto histórico da mesma, estabelecendo uma relação entre texto e contexto.

Quando Rodrigo S. M. cria Macabéa, ele lhe atribui a profissão de datilógrafa, mas “por ser ignorante era obrigada na datilografia a copiar lentamente letra por letra” (LISPECTOR, 1992, p. 29), o que a tornava incompetente. Ambos trabalham com as palavras. Entretanto, essas mesmas palavras não serviam como um meio para aproximá-los, serviam apenas para demarcar ainda mais o distanciamento existente entre eles. Sobre este distanciamento, Dalcastagnè afirma que “enquanto Macabéa copiava as palavras alheias, Rodrigo dispõe das suas. Enquanto Macabéa usa as palavras para garantir sua sobrevivência, Rodrigo as utiliza para indagar o mundo, buscar verdades” (2003, p. 142). Ao longo da obra não há referências exatas sobre qual é a atividade profissional de Rodrigo, a partir dos sinais de que ele apenas escreve e pensa em si próprio e sua personagem, é que podemos identificá-lo como um escritor, logo, um intelectual. A profissão que oferece dignidade à Macabéa, funciona de modo contrário para Rodrigo S. M., pois em sua visão poderia denegrir sua imagem.

Embora acredite ser necessário e urgente escrever a história da nordestina, Rodrigo S. M. demonstra não saber como fazê-lo, devido ao seu distanciamento da realidade de Macabéa e de sua enorme dificuldade em se aproximar da moça. No entanto, há outros obstáculos que dificultam essa tarefa, entre eles podemos destacar o instrumento sofisticado de que dispõe o narrador: o saber acumulado de uma tradição erudita e clássica, sua linguagem e seu repertório literário em face de um material tão simples e tão pobre, a vida quase vazia de Macabéa.

Essa distância social era percebida muito claramente por Clarice Lispector, que sugere, em boa parte de sua obra, o quanto é difícil alcançar com a sua linguagem a expressão ou a forma capaz de falar honestamente do outro. A autora tinha uma percepção extremamente clara e uma consciência aguda sobre o papel e a situação contraditória do intelectual e do artista em uma sociedade repleta de problemas como a sociedade brasileira de seu tempo e que, aliás, sob esse aspecto pouco mudou até nossos dias.

Clarice Lispector reconhecia perfeitamente a situação ambígua do escritor dividido entre o “compromisso” com os oprimidos, uma espécie de obrigação de dar voz a quem não tem voz, de um lado, e, por outro lado, a condição de dependência do escritor em relação ao sistema dominante, do qual recebe alguns “privilégios” e ao qual ajuda a sustentar através da produção, reprodução e transmissão de todo um conjunto de normas e valores de ordem estética, jurídica e moral que sustentam a tradição e legitimam a organização do sistema.

O fragmento abaixo demonstra essa ambigüidade, essa condição contraditória e desconfortável do escritor:

Por enquanto quero andar nu e em farrapos, quero experimentar pelo menos uma vez a falta de gosto que dizem ter a hóstia. Comer a hóstia será sentir o insosso do mundo e banhar-se no não. Isso será coragem minha, a de abandonar os sentimentos antigos já confortáveis. *Agora não é confortável: para falar da moça tenho que não fazer a barba durante dias e adquirir olheiras escuras por dormir pouco, só cochilar de pura exaustão, sou um trabalhador manual. Além de vestir-me com roupa velha rasgada. Tudo isso para me pôr no nível da nordestina. Sabendo no entanto que talvez eu tivesse que me apresentar de modo mais convincente às sociedades que muito reclamam de quem está neste instante mesmo batendo à máquina* (LISPECTOR, 1992, p. 34, grifo nosso).

O fragmento anterior contém elementos que problematizam a condição do intelectual na sociedade brasileira durante as décadas de 60 e 70. Para escrever a história de maneira mais convincente possível, Rodrigo S. M. não tem dúvidas de que é preciso invadir o mundo de Macabéa, e para isso é preciso não apenas conhecer sobre a vida da moça, mas seria necessário também que o personagem-escritor vivenciasse a condição de pobreza de Macabéa para descrevê-la. Esse é um impasse difícil de ser superado, pois o próprio escritor reconhece não poder penetrar plenamente no mundo da moça, tão separados e distantes se encontram um do outro. Mesmo assim, há momentos em que o narrador se considera um marginalizado, talvez influenciado pela frequência constante de sua presença no mundo de Macabéa, conforme percebemos no trecho a seguir:

Escrevo por não ter nada a fazer no mundo: *sobrei e não há lugar pra mim na terra dos homens. Escrevo porque sou um desesperado e estou cansado, não suporto mais a rotina de me ser e se não fosse a sempre novidade que é escrever, eu me morreria simbolicamente todos os dias.* Mas preparado estou para sair discretamente pela saída da porta dos fundos. Experimentei quase tudo, inclusive a paixão e o seu desespero. E agora só quereria ter o que tivesse sido e não fui (LISPECTOR, 1992, p. 35-36, grifo nosso).

Rodrigo S. M. sabe que só ocasionalmente pode entrar no mundo de Macabéa, mas não pode e não deseja nele permanecer, pois só enquanto escreve a história da nordestina será capaz de “andar nu e em farrapos” para poder experimentar o mundo inosso da moça, visto que seria muito difícil abandonar sua posição extremamente confortável. Seria difícil e arriscado abandonar os sentimentos confortáveis porque Rodrigo S. M. sabe da necessidade de falar do diferente, do “feio”, no caso, a vida e o mundo de Macabéa, mas ele sabe que isso implica em construir uma nova expressão. Para falar da pobreza o narrador busca uma forma adequada e para contar a história de Macabéa ele se orienta por uma “estética do feio” ou do “mau gosto”.

Tudo isso demonstra o quanto Rodrigo S. M. tem o domínio do conhecimento. Os conhecimentos dele são sistematizados e estão diretamente relacionados com as artes, mas ele faz questão de dizer: “verifico que escrevo de ouvido assim como aprendi inglês e francês de ouvido” (LISPECTOR, 1992, p. 33). Macabéa não possui esse conhecimento, ela apenas detém informações práticas ligadas à efemeridade. As informações julgadas importantes por Macabéa eram obtidas através do rádio. Foi assim que ficou sabendo, por exemplo, que “o Imperador Carlos Magno era na terra dele chamado Carolus” e “o único animal que não cruza com o filho era o cavalo” (LISPECTOR, 1992, p. 53).

Essas informações de nada serviam para a moça, pois ela não conseguia e não tinha oportunidade de aplicá-las na vida prática. A esse respeito, Dalcastagnè afirma que “se ela não tem em que aplicar suas ‘informações’ (tornando-as inúteis), ele não precisa utilizar seus ‘conhecimentos’, não tem de torná-los úteis para a sociedade” (2003, p. 144, grifos da autora).

O último dos indícios levantados pela autora é a fome constante. Para realizar a tarefa de criar Macabéa, Rodrigo S. M. tem a necessidade de adotar alguns procedimentos inusitados quando escreve para tentar reconhecer a realidade da moça. Para descrever a fome da nordestina, o narrador se submete a uma dieta rigorosa em uma tentativa de se aproximar do universo de Macabéa, conforme lemos na citação a seguir:

para desenhar a moça tenho que me domar e *para poder captar sua alma tenho que me alimentar frugalmente de frutas e beber vinho branco gelado* pois faz calor neste cubículo onde me tranquei e de onde tenho a veleidade de querer ver o mundo. Também tive que me abster de sexo e de futebol (LISPECTOR, 1992, p. 37, grifo nosso).

Enquanto Rodrigo S. M. decide privar-se dos alimentos para escrever e representar a fome de Macabéa, esta não tem opção e simplesmente passa fome. Ela costumava sentir fome antes de dormir e ficava “pensando em coxa de vaca” (LISPECTOR, 1992, p. 47). A solução encontrada pela nordestina era mastigar e engolir papel. Ela também imaginava como poderia ser delicioso um pote de creme para a pele, e não era para utilizar como um cosmético qualquer e sim para comê-lo: “ela o comeria, isso sim, às colheradas no pote mesmo” (LISPECTOR, 1992, p. 54).

Na verdade, Macabéa nunca havia freqüentado um restaurante em sua vida porque não possuía condições financeiras para lhe conceder esse tipo de luxo. Era reservado a ela apenas o boteco da esquina e mesmo assim deveria comer de pé e sofrer com ânsia de vômito decorrentes do café, que o preparava doce demais para aproveitar o açúcar grátis, mas não o fazia, pois “não era doida de desperdiçar comida” (LISPECTOR, 1992, p. 84).

Rodrigo S. M. se considera sofisticado demais para sentir fome, no máximo tem apetite, ao contrário de Macabéa. Esse aspecto configura mais uma vez a distinção entre ambos e, segundo Dalcastagnè, cumpre a “função social de legitimação das diferenças sociais” (2003, p. 145). A dieta alimentar da nordestina é composta por cachorro quente ou sanduíche de mortadela. Enquanto Rodrigo S. M. toma vinho branco gelado, ela se contenta com um mero refrigerante. Mesmo com todas essas dificuldades enfrentadas por Macabéa, o narrador considera que falta a ela fibra e justamente por isso ela não é digna de pena. Ele entende que Macabéa sofria, mas sofria “como uma galinha de pescoço mal cortado que corre espavorida pingando sangue. Só que a galinha foge – como se foge da dor – em cacarejos apavorados. E Macabéa lutava muda” (LISPECTOR, 1992, p. 100). Ela é tão acomodada que não toma nenhuma atitude em benefício próprio, a única decisão que ela toma é ir a uma cartomante.

Diante dessa perspectiva, Dalcastagnè (2003, p. 147) salienta que Rodrigo S. M. é um intelectual procurando não confundir-se com a massa, mas ao mesmo tempo é extremamente consciente de seus preconceitos, limitações e fracassos. Dessa forma, Rodrigo S. M. procura escrever Macabéa para tentar amenizar o sentimento de culpa

que o persegue pelo fato de ele ser um intelectual e mesmo contra sua vontade acaba oprimindo as classes minoritárias, os marginalizados. Essa problemática é o ponto central da obra, o narrador escreve Macabéa para conhecer a si mesmo, e, assim, tentar colocar a “culpa” de ser um intelectual em terceiros, pois é mais fácil do que assumir toda a responsabilidade individualmente. Rodrigo S. M. tenta incessantemente se convencer da relevância desse argumento, no entanto, Macabéa não deixa. Ele sabe que, enquanto escritor, tem plenas condições de relatar a situação de miséria vivida pela nordestina, porém a existência dela o incomoda pelo fato de haver a possibilidade de desmenti-lo em qualquer lugar que ela esteja.

Regina Dalcastagnè (2003, p. 148) afirma que, quando Macabéa se faz presente ao lado do narrador, o discurso dele passa a ser fragmentado, pois sem utilizar qualquer palavra ela o impede de penetrar os seus pensamentos mais íntimos. Para exemplificar esses momentos, a autora destaca as seguintes situações: quando Macabéa usa a sua lógica para transcrever o termo “designar”; quando utiliza as informações obtidas através do rádio da forma que melhor lhe convém; quando se situa no mundo cultural a partir dos artigos típicos do nordeste, como a farinha e a carne de sol.

Carlos Augusto Moraes Silva e Luciana Borges, ao analisarem a questão envolvendo o silêncio em relação aos personagens Fabiano e Macabéa, observam que “a palavra se inscreve no contexto literário como possibilidade de representação do mundo e do homem” (2004, p. 93). O silêncio de Macabéa é um elemento significativo para a compreensão da narrativa, pois exemplifica o fato de as mulheres terem menos acesso à voz. O discurso de Macabéa é, sobretudo, marcado pelo não-dito. Dessa forma, temos que recorrer às informações localizadas nas entrelinhas do discurso da narrativa para ampliarmos a nossa compreensão.

Sabemos que Rodrigo S. M. tem a função de relatar os acontecimentos da vida de Macabéa a fim de promover o seu autoconhecimento. Em meio a esse processo, o narrador também tenta oferecer certa humanidade à Macabéa a partir do propósito de ceder sua voz a ela. Ao longo da narrativa, a linguagem de Macabéa é precária e influenciada pelo discurso dos outros, tanto que é basicamente formada por frases feitas e simples, adquiridas através do rádio e dos anúncios publicitários. Em muitos momentos, a linguagem dela é resumida em ruídos e grunhidos, os quais atribuem à moça características de seres destituídos de racionalidade. Esses aspectos colaboram

com as intenções do narrador de distinguir-se de Macabéa. Uma das características marcantes da personagem é justamente o silêncio, tanto que Rodrigo S. M. a descreve da seguinte forma: “ela era calada (por não ter o que dizer) mas gostava de ruídos. Eram vida. Enquanto o silêncio da noite assustava” (LISPECTOR, 1992, p. 49).

Macabéa era fascinada pelas palavras e demonstrava interesse em saber o significado das mesmas, mas seu namorado Olímpico não a incentivava, então, ela desistia. O narrador aproveita-se do silêncio de Macabéa e o utiliza no modo como ele faz uso da linguagem para representar a moça. Como ela é muito simples, ele opta por deixar de lado, por exemplo, adjetivos “suculentos” ou “carnudos”, pois palavras muito complicadas ou exuberantes contrastariam com a fome de Macabéa. Assim, as palavras utilizadas pelo narrador para relatar a trajetória de Macabéa são as mesmas que a angustiam.

Em *A hora da estrela*, percebemos que o silêncio assusta Macabéa porque nele há a iminência da palavra fatal. O silêncio desloca o homem do esquecimento de si próprio e faz com que ele viva o vazio da alma. Além disso, o silêncio ainda provoca a angústia de se descobrir como simples “estar-no-mundo”, entregue a si mesmo, desamparado da firmeza que o senso comum lhe oferece. O silêncio constitui, por um lado, uma manifestação extremada da linguagem esvaziada e, por outro lado, pode emitir novas significações perceptíveis nas entrelinhas do discurso. Um silêncio que denuncia as condições sócio-culturais e políticas daqueles que são explorados.

3. Considerações finais

Ao longo de nossa análise, procuramos demonstrar que o problema da representação do outro é um dos pontos cruciais em *A hora estrela*. O narrador Rodrigo S.M. esforça-se para representar Macabéa e o universo no qual a nordestina está inserido, mas será que ele realmente consegue? Em sua representação, o narrador explicita, por meio de algumas pistas percebidas pelo leitor ao longo da narrativa, certo preconceito em relação à moça, ao pobre, ao marginalizado. Este aspecto leva-nos exatamente ao questionamento da legitimidade e da autoridade do discurso e da representação do outro na narrativa brasileira contemporânea. Verificamos, a partir de nossa análise, que não se trata de uma representação que pode ser considerada como

legítima, ou seja, Rodrigo S. M., como qualquer outro intelectual, não teria condições de representar adequadamente Macabéa, pois há um distanciamento do sujeito que fala da realidade empírica do outro. Portanto, a representação do outro está impregnada de aspectos políticos e ideológicos daquele que fala em seu nome, daquele que detém o poder do discurso.

O outro, portanto, só tem a sua representação legitimada caso ele se identifique com essa representação. (In)felizmente, não há, com frequência, essa identificação, pois o intelectual, que representa o outro, tem a ilusão de representá-lo e o outro a ilusão de ser representado. Em *A hora da estrela*, a representação de Macabéa pelo narrador não foge a essa regra, o que nos leva a concluir que essa representação não pode ser considerada como legítima. O que se faz necessário é a sociedade propiciar condições viáveis e reais para que aqueles integrantes dos grupos marginalizados possam ter acesso à voz discursiva e representar a si próprios, dando legitimidade ao discurso produzido sobre a realidade empírica e a situação sócio-econômica e cultural na qual estão inseridos.

ABSTRACT

The aim of this paper is to examine the representation of the other, particularly minority groups, which, more than anything else, depends on the social, political, ideological and subjective position that speaks, means and is made evident in the novel. Therefore, we must question who speaks what and where, as well as how such representation takes place. These are some of the issues that oriented us in our analysis on the representation and the legitimation of the other's discourse in *A hora da estrela*.

KEYWORDS: *Clarice Lispector*. Contemporary. Brazilian narrative. Representation. Discourse. Minority groups.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, Mikhail. A pessoa que fala no romance. In: _____. *Questões de literatura e de estética*. A teoria do romance. Tradução de Aurora Fornoni Bernadini [et al]. São Paulo: Unesp, 1998. p. 134-163.
- BOURDIEU, Pierre. Sobre o poder simbólico. In: _____. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: 1998. p. 7-58.
- CAREY, John. *Os intelectuais e as massas*: orgulho e preconceito entre a intelligentsia literária, 1880-1939. Trad. de Roanld Kyrmse. São Paulo: Ars Poética, 1993.
- DALCASTAGNÈ, Regina. Uma voz ao sol: representação do discurso e legitimidade na narrativa brasileira contemporânea. In: *Estudos de literatura contemporânea*. nº 20. Brasília: Julho/ Agosto de 2002. p 33-77.
- _____. Engendrando Macabéas: a representação da personagem em Osman Lins e Clarice Lispector. In: SCHMIDT, Rita Terezinha (Org.). *A ficção de Clarice*: nas fronteiras do (im)possível. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2003. p. 137-160.

- _____. A personagem do romance brasileiro contemporâneo. In: *Estudos de literatura brasileira contemporânea*: a personagem do romance. nº 26. Brasília: Julho/ Dezembro de 2005a. p. 13-71.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Ensaio teórico sobre as relações estabelecidos-outsiders. In: _____. *Os estabelecidos e os outsiders*. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 19-50.
- FOUCAUT, Michel. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996. p. 5-77.
- FUKELMAN, Clarisse. Escrever estrelas (ora, direis). In: LISPECTOR, Clarice. *A hora da estrela*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992. p. 05-20.
- HUTCHEON, Linda. Descentralizando o pós-modernismo: o ex-cêntrico. In: _____. *Poética do pós-modernismo*: história, teoria e ficção. Tradução de Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991. p. 84-103.
- LISPECTOR, Clarice. *A hora da estrela*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
- PITKIN, Hanna. *The concept of representation*. London: University of California Press, 2003.
- PIRES, Maria Isabel Edom. Intelectuais hoje: novas respostas velhos dilemas? In: *Estudos de literatura contemporânea*. nº 22. Brasília: Julho/ dezembro de 2003. p. 39-46.
- SANT'ANNA, Sérgio. Um discurso sobre o método. In: _____. *Senhorita Simpson*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SILVA, Carlos Augusto Moraes; BORGES, Luciana. Entre o silêncio da palavra e as falas do silêncio. In: *Linguagem*: estudos e pesquisas. Catalão: Ed. Universidade Federal de Goiás, 2004. p. 93-109.
- SCHIMIDT, Rita Terezinha (Org.). Apresentação. In: _____. *A ficção de Clarice*: nas fronteiras do (im)possível. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2003, p. 07-11.
- SPERBER, Suzi Franki. Jovem com ferrugem. In: SCHWARZ, Robert (Org.). *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 155 - 164.
- SHOHAT, Ella; STAM, Robert. O fardo da representação. In: _____. *Crítica da imagem eurocêntrica*. Tradução Marcos Soares. São Paulo: Cosac Naify, 2006. p. 267-276.